

COMUNICADO INTERNO

Os acontecimentos que recentemente fomos obrigados a presenciar e que culminaram com a entrega (pelo que é ainda Reitor da Universidade Clássica de Lisboa) da AEFCL a uma Comissão Administrativa impõe que, aos estudantes se dê um esclarecimento. Pois importa que os estudantes saibam quais as razões que o Reitor apresentou para esta atitude, que saibam da legitimidade ou ilegitimidade delas, mesmo da sua legalidade ou ilegalidade; importa também que os estudantes saibam quem é a chamada Comissão Administrativa, que possam enquadrar os últimos acontecimentos numa perspectiva mais ampla do assalto à Universidade Portuguesa.

Porque hoje, a Universidade Portuguesa está a saque.

Num extenso documento chamado "informação à Universidade" o Prof. Cunha pretende dar uma justificação das suas últimas atitudes. Daí certamente as contradições do documento, pois elas são obviamente injustificáveis. Mas não nos precipitemos. Começemos por narrar os acontecimentos em que, 2ª feira, estudantes e professores se viram envolvidos bem contra sua vontade, estamos certos. Mas a máxima autoridade universitária não precisa de opinião ou da vontade da Universidade para decidir... Porque ela representa o Governo junto da Universidade.

Como é evidente, se o Reitor não tinha o apoio nem de Mestres nem de alunos, não podia sozinho destituir os dirigentes e nomear a Comissão Administrativa. A solução que encarou foi pedir o apoio da P.S.P e da P.I.D.E. E assim perante o Reitor da Universidade Clássica de Lisboa a P.S.P invadiu as instalações da Faculdade e cercou a AEFCL. (Vai longe o tempo em que o Reitor tinha por dever máximo e sagrado o de velar para que se respeitasse a autonomia da Universidade).

Depois veio a sessão solene em que o Reitor ia dar mandado à Comissão Administrativa e destituir os dirigentes democraticamente eleitos pelos estudantes. Estavam presentes além do Reitor e dos seus guarda-costas da P.I.D.E., no anfiteatro de Matemática onde se realizou a sessão, o Vice-Reitor, o Secretário da Universidade, o Director da Faculdade de Ciências, o capitão da P.S.P. que comandava as tropas de choque, cerca de 50 estudantes (a maioria conhecidos como sendo da FEN e do Jovem Portugal) a Emissora Nacional, e os jornalistas e fotógrafos que costumam assistir a estes actos.

Notemos que não estava presente nenhum professor e que a Direcção e a Mesa da Assembleia Geral se recusaram a assistir às falas do Reitor.

Nesta sessão ficou bem patente que uma coisa é a vontade da Universidade e outra a vontade do Prof. Cunha. Pois este não teve sequer a coragem de convidar os Mestres para a sessão. E os alunos convidou-os à própria hora.

Ao tomar-se conhecimento de que o Reitor ia instaurar uma Comissão administrativa, tentou-se por algumas coisas pertencentes à Associação a salvo do delegados do governo.

A C.A. ao tomar conhecimento disso, foi fazer queixa ao seu patrão, o reitor da U.L. e este, feito polícia, prendeu logo, sem autoridade para o fazer, os empregados da Associação, prometendo-lhes arranjar empregos se dissessem os nomes de quem tinha tirado coisas da Associação. Os dois empregados da secretaria foram depois interrogados na Polícia Judiciária onde passaram a noite, sem lhes terem dado uma cama.

2. A Comissão Administrativa

Vejamos agora o que é uma comissão Administrativa e quem compõe a que actualmente administra a Associação.

Uma comissão Administrativa é um grupo de indivíduos (neste caso, Triumvirato) nomeados pelo governo para executarem as tarefas que anteriormente eram executadas por órgãos legalmente constituídos, são por tanto delegados do governo para guiar uma Associação quando esta pode funcionar democraticamente.

Neste momento interessa que estudantes conheçam as pessoas que actualmente, por imposição governamental gerem a nossa Associação. São eles:

O sr. Romeu Ramos, director do jornal F.E.N. (Frente de Estudantes Nacionalistas), nunca trabalhou na Associação e em 1963/64 candidatou-se insperadamente a Presidente da Direcção e foi democraticamente derrotado



O sr. Salazar de Campos que também nunca trabalhou na Associação, nem nunca se candidatou a qualquer cargo, e em 1962 foi nomeado, por ser dirigente da Associação Académica, para uma comissão para proceder a eleições dos corpos gerentes para 1962/3 por corpos gerentes cessantes estarem suspensos em virtude da Crise Académica de 1962; o sr. Goulartt Branco que sempre se afirmou defensor das estruturas democráticas das AA.EE. pelo que já exerceu vários cargos associativos e que na ultima Reunião Geral de Colaboradores da nossa Associação se candidatou ao cargo de Vice-Presidente e foi democraticamente derrotado.

É de notar que enquanto os dois primeiros sempre se mostraram contrários às atitudes formadas pela Associação e nos seus fundamentos democraticos e portanto não nos admira que tenham aceite esta incumbência do governo com cuja politica estudantil concordam, o sr. Goulartt Branco tem andado a formar a inqualificável atitude de enganar os seus colegas dizendo-lhes que concordava com estruturas associativas tendo desejado a ter um lugar no Secretariado das R.I.A., e agora aceita e colabora activamente na destituição dessas estruturas em nome da discórdância com elas e da ilegalidade das R.I.A.

Estes factos mostram à sociedade a incrivelmente baixa estrutura moral dos individuos que o governo nomeia para gerirem uma Associação de Estudantes, organismo em o qual há quem discorde, mas que todos respeitam pela sua constante sociedade.

3. Antecedentes do Reitor

A imposição da Comissão Administrativa não foi uma actitude repentina do governo. Este, através do seu representante na Universidade, o Reitor, foi preparando esta arbitrariedade ao longo duma série de factos ocorridos durante as férias da Páscoa das quais a Direcção quis informar os sócios através dum comunicado Interno que deveria ter saído no dia que 3 de Maio e que não pode sair por a Comissão Administrativa ter tomado conta da Associação e ter ficado de posse dos "stencils". Por ser muito extenso e por entretanto terem ocorrido acontecimentos de maior gravidade não o reproduzimos na íntegra. Limitamo-nos a resumir as partes que nos parecem mais importantes:

a) Inquéritos Disciplinares

De acordo com as decisões da Assembleia Geral, de 30 de Março os elementos da Direcção chamados a depôr no inquérito ordenado pelo Ministro abtiveram-se de responder a autoridades não Universitárias

b) Ameaças do Reitor

Por duas vezes foram os elementos da Direcção chamados ao Reitor para serem ameaçados com penas de prisão de 2 a 8 anos se não desmentirem na imprensa o comunicado das AA.EE. sobre os acontecimentos da Cantina do dia 1º de Abril, num comunicado falso e o numero especial do Vector Livre onde se fala desses acontecimentos. Não se intimidaram os dirigentes por não poderem colaborar na deturpação dos factos nem aceitarem a liberdade de imprensa (neste caso obrigação de imprensa), só nos aspectos que convenham ao Reitor, continuando a censura a impedir a informação publica das posições das AA.EE.

c) O Roubo dos Cartazes

No dia 1 de Abril, durante as prisões, foram afixados na Associação, cartazes alusivos a este facto, que o Reitor a pretexto de os considerar insultuosos à sua pessoa ordenou ao Director da Faculdade que os mandasse arrancar, tendo o Director efectivado essa ordem, no dia 13 de Abril, menos de 24 horas depois de noster pedido para os tirar, o que não fizemos devido não só á importancia da informação como também porque, dado o periodo de férias, não ser possivel dar conhecimento imediato do pedido aos elementos da Direcção.

d) As Visitas do Reitor

A fim de fiscalizar o cumprimento de ordem que dera a Director, o Reitor deslocou-se pela calada da manhã do dia 15 à Associação, onde completou o roubo dos cartazes no que se mostrou ^{mais} presuroso que os continuos da Faculdade. De notar a incorrecção da sua actitude ao ignorar a existência do Director, não lhe dando conhecimento da sua brilhante iniciativa. No dia 21 volta de novo desta feita arrastando consigo o Sr. Director. Faltava ainda suprimir um cartaz sobre o Ciclo de conferências "A Fome no Mundo" apesar de proferida por professores de Económicas, considerou mais uma manobra do Comunismo Internacional.

e) A ingerência continua

No dia 27 de Abril o Reitor enviou, á Associação, Mais um incrível

ofício tendente a obstruir o funcionamento democrático dos estudantes Associativos e da liberdade de reunião e discussão

4 Análise das Informações do Reitor

Está em curso um inquérito geral à Universidade. Está nomeado um desembargador para proceder a esse inquérito. Os dirigentes da A.E.F.C.L., nos últimos dias de aulas do 2º período foram chamados a prestarem as suas declarações.

Mas mesmo estando a correr este inquérito e achando o Reitor nele ter cabimento a averiguação dos factos que o levaram a destituir a Direcção e a Mesa da Assembleia Geral o professor Cunha com base num parágrafo do decreto 44.632 entende dado por provado que os dirigentes se desviaram dos fins estatutários, orientaram as suas actividades contra a disciplina académica, a ordem social e os superiores interesses do país.

Notemos que estas acusações são as mesmas que o Ministro da Educação Nacional apresentava para justificar o inquérito à Universidade.

3 Vem o MEN acompanhando serena e atentamente, todas as manifestações de indisciplina que se têm verificado, desde a campanha panfletaria insinuada até a perturbação da ordem.

As acusações do prof. Cunha são simultaneamente tão abstratas e concretas.

a) Na informação ao MEN o Reitor entende que não é de homolgar o Presidente eleito e os colegas por ele nomeados para a direcção por razões de fundo e ainda por uma série de factos marginais. A razões de fundo são 3 A Associação ter estado dirigida de facto, entre outros pelo novo presidente eleito e por membros de direcção por ele nomeados, apesar de faltar a indispensável a homolgação ministerial"

É falso. A Associação foi sempre dirigida de facto por estudantes com a indispensável homolgação ministerial isto é, a responsabilidade das atitudes da direcção foi sempre dos elementos homolgados, o que não invalida que ele tenha usado elementos não homolgados para concretizar as suas deliberações, como sucede em qualquer organismo. O Reitor não deve pretender que as únicas pessoas que trabalham na Associação sejam da direcção.

Concretiza o Reitor a sua afirmação dizendo(que o dito presidente eleito apresentou-se ao Reitor em jeito arrogante, como sendo já presidente da direcção".

É ainda falso e isso foi esclarecido exactamente na altura em que o Presidente eleito se apresentou ao Reitor, a pedido deste. Sucede que, e isso foi frisado na entrevista com o Reitor o presidente eleito era já membro homolgado da direcção eleita no principio do ano lectivo foi nessa qualidade que falou com o Reitor.

Sobre o "em jeito arrogante" não comentamos por ser demais sabido o jeito em que correm as conversas com o Reitor.

Considera o Reitor anida razão de fundo o facto estranho de embora " não sabendo ao certo se os restantes membros da direcção (...) Tomaram correspondente actitude. Mas esse ponto menos interessa, dado que, na qualidade nomeados por aquele(o presidente) se devem considerar incluídos no tratamento que aquél foi aplicado".

Esta consideração é simplesmente espantosa. Não havendo razão alguma para não homolgar quatro estudantes usa-se um subterfúgio sem ponta por onde se lhe megue. Friza-se que um dos elementos não homolgados, o colega Luis dos Santos Ferreira, foi, com conhecimento do Reitor, convidado para coadjuvar a Comissão Administrativa. Deve-se portanto concluir que a mesma pessoa serve ou não serve para determinado cargo consoante é nomeado por este ou por aquele.

Não podemos de deixar nesta atitude do Reitor a criação de complicações preparatórias introdução da Comissão Administrativa

Nos factos marginais começa por dizer que no programa do Presidente eleito " se manifesta reprovável de espirito de ilegalidade e de desvio dos fins estatutários". Não diz a que é que se refere, o que é estranho numa tão extensa informação ao Ministro que concertiza não tem tempo de ler todas as publicações estudantis. Portanto, não passa duma afirmação não fundamentada.

Depois fala em cartazes insultuosos, insultas ao Reitor e no procedimento incorreto do Presidente eleito para Reitor. Se o relato do que se passou na cantina no dia 1 de Abril, quando tornou publico, pareceu insultuoso ao Reitor julgamos que devia ter pensado nisso antes de provocar tão lamentáveis acontecimentos.



Quanto à incorrecção do José Eduardo Barbosa, que é falado várias vezes nesta Informação, umas vezes referindo-se a factos concretos outras sem se referir a nada é uma opinião que não é partilhada por mais ninguém.

Nem sequer os senhores da F.E.N. que num número do "Polinómio", órgão da Secção de Ciências da F.E.N. ilogiam a correcção daquele nossa colega. Somos portanto levados a concluir que ou não é verdade que ele tenha sido incorrecto ou que se o foi, foi porque o Reitor^o levou a isso.

Fala ainda o Reitor na recusa de retirar os cartazes considerados insultuosos e na publicação de desmentidos, factos já atrás analisados.

O mais grave, quanto a nós, desta Informação é a alínea D) do Ponto 2 da Informação ao MEN onde se diz com o mais descarado desrespeito à verdade "voltarem logo em seguida a estar afixados outros cartazes, insultuosos para o Reitor, e noutro sentido reprováveis (v.g. cartazes insitando á ida a "plenários" que eles próprios declaram ser proibidos e até um cartaz com convocação para um "plenário" em 1 de Maio, ás 18 horas, na Baixa), cartazes cuja remoção se teve de efectuar compulsóriamente em 1 de Abril, na presença do Reitor".

Tudo isto, como foi dito no comunicado das AA.EE., não passa de "puro delírio imaginativo do Reitor".

Para atingir os seus fins - a Comissão Administrativa - usou-se de todos os processos, até destas calúnias.

b) Quanto á Informação á Universidade no que diz respeito á destituição dos colegas homologados da Direcção começa por se lhes atribuir as culpas que já tinham sido atribuídas aos não homologados, as quais acabamos de analisar.

Depois, o Reitor dá como provado, sem dizer porquê (quem quiser que acredite), que o nosso colega Henrique Montelobo foi dos principais organizadores da manifestação contra o Reitor, realizada no chamado Dia da Universidade. Admitimos que esteja chocado por ter sido alvo duma manifestação tão desagradável por parte dos estudantes que têm para com outros professores manifestações de simpatia e admiração. O que não podemos admitir é que se culpe o primeiro que vem á mão e muito menos que esta arbitrariedade sirva de base para a imposição de uma Comissão Administrativa.

Em seguida pretende provar um "preexistente proposito de (a Direcção) tanto quanto possível não acatar nem as disposições legais nem as estatutárias", falando nomeadamente: a) na existência de Secções ilegais, embora a enumeração das Secções nos estatutos não seja taxativa. Aliás o Reitor sabe isso perfeitamente porque além de ser professor de Direito sabe que o MEN subsidia a Cantina que também não vem enumerada nos estatutos, e concerteza que não considera ilegal esta atitude do MEN; b) na falta da homologação de cargos dependentes da Direcção, portanto para os quais não é legalmente exigida homologação; c) Na realização de actos públicos sem autorização superior prévia, apesar de o Sr. Director afirmar não terem existido tais actos; d) na publicação de "papeis tendenciosos, em que determinada orientação político-social a cada passo se insinua". Em contra partida nomeou para a Comissão Administrativa um sr. que é responsável pelo jornal mais tendencioso e faccioso dos que têm aparecido ultimamente; e) na "constante e ostensiva prática de estabelecer ligações com organizações legais e sobre tudo ilegais". No entanto, teve o cuidado de nomear para a Comissão Administrativa o sr. que era responsável por essas ligações por dirigir a Secção de Intercâmbio da Associação; f) na realização dum Ciclo de conferências "com desleal ocultação da iniciativa ao Director da Faculdade" o que é manifestamente falso, e o Reitor sabe-o, por este ciclo ter sido objecto de uma conversa com o Sr. Director para que este informasse o Reitor do que se tratava. O ciclo de conferências foi finalmente permitido depois de defeito o mal entendido inicial; g) termina este ponto com o repisar do problema dos cartazes referentes ao Reitor na Cantina no dia 1 de Abril. Estas repetições, como não podem ser aditivas, temos de as atribuir a dificuldades de sistematização.

Outro motivo que o Reitor alega para destituir a direcção é fruto dum estranho raciocínio: A Gerência de 1963/4 não apresentou Relatório e Contas. O presidente da Direcção nomeia os outros membros da Direcção. O Presidente da Direcção demitiu-se. Conclusão: os Actuais membros da Direcção encontram-se na "mais falsa das situações pelo que respeita á indispensável regularidade da gerência financeira".

Quem poder que perceba. Julgamos que o Reitor não conseguiu clarificar o seu raciocínio por se ter pertrubado com questões que, naquele momento, não vinham ao caso, como seja: "Tudo indica que (o Presidente da Direcção esteja) homiziado para a Argélia - ; e só tempos depois foi comunicado ao Director da Faculdade de Ciências, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ter-lhe

4. S. 1. 5.

sido apresentado por escrito o pedido de demissão ". Não vemos uma relação directa entre a regularidade financeira, a Argélia e o pedido de demissão ter sido apresentado por escrito.

Termina as suas considerações sobre os desvios estatutários da Direcção afirmando que da demissão do Presidente decorre a caducidade do mandato dos membros da Direcção por ele nomeados, consideração esta á qual o Reitor diz não dar relevo proeminentemente e logo na mesma linha diz ser " aliás decisiva ". Para além da estranheza da contradição estranhámos ainda que no ano passado, quando foi suspenso o presidente da Direcção não tenha sido utilizado esta logica e mesmo este ano tenha demorado (trata-se de um professor de Direito) mais de dois meses a encontra-la

c) No que diz respeito á destituição da Mesa da Assembleia Geral, o Reitor atribuiu arbitrariamente responsabilidades por aquilo que chama ocorrências graves de carácter anormal, não concretizando nada disto. Depois, acusa a Mesa do modo como têm decorrido as reuniões da Assembleia Geral, ininuando maldosamente, e continuando a não concretizar o que diz, que elas não têm decorrido na maior normalidade. E dá destaque especial ao facto da Mesa ter deixado a Assembleia aconselhar os estudantes a absterem-se de depôr no inquérito ordenado pelo MEN, afirmando que essa resolução é ilícita, opinião esta que nem é compartilhada pelo próprio Desembargador encarregado da inquirição.

Insurge-se ainda por os membros da Mesa usarem-se do seu direito de se recusarem a fazer afirmações publicas. Não lhe basta a Censura, ou seja, o impedimento das pessoas dizerem o que ele não quer que se diga, como ainda pretende impor-lhes que digam o que quer que se diga. Acresce a isto que só pela cabeça deste Magnifico Reitor é que passou a ideia de que a Mesa da Assembleia era responsável pelos comunicados das AA.EE. e daí a completa inutilidade de o negar publicamente. No entanto isto serve de acusação, pelo simples facto de a Mesa não ter feito a vontade ao Reitor. Parece uma birra.

Em seguida fala numa Reunião Geral dos Alunos, com a qual a Mesa da Assembleia não têm evidentemente nada a ver, não tendo nenhum dos membros da Mesa dirigido essa Reunião. Mas o mais escandaloso é o Reitor afirmar que pelo facto de " adotar-se (na Reunião de Alunos) o processo de aprovação a que chamam "por aclamação" requiere especial acção directa da Mesa, e, logo implica especifica responsabilidade para os respectivos membros". Mas será que um professor de Direito não sabe destiguir uma Reunião de Alunos de uma Faculdade de uma Reunião da Assembleia Geral de uma Associação de Estudantes? Ou, á falta de acusações fundamentadas resolve fazer confusões?

Termina as razões da destituição da Mesa com esta peregrina afirmação: " Sendo eleitos na mesma reunião da assembleia geral ordinária a Mesa e o presidente da Direcção, do qual procedem todos os outros membros da Direcção, ora destituídos, por esta só circunstancia se desenharia como o mais coerente a destituição conjunta da Direcção e da Mesa da Assembleia Geral". Mas, o próprio Reitor verá nesta afirmação algum raciocínio válido?

d) Sobre a imposição da Comissão Administrativa " constituída por alunos sócios que julgo darem garantias de trabalho sério, honesto e produtivo, em prol da Associação e dos que constituem a respectiva massa associativa " .

Até isto é mentira, visto que um dos elementos nomeados para a Comissão Administrativa não é sócio da nossa Associação.

E pergunta-se, porque é que o Reitor julga que esta C.A. dá garantias seja do que for? A unica explicação se se nos afigura é a simpatia politica, Para gerir uma Associação apolitica não nos parece ser este o melhor critério.

Mais á frente afirma que espera que a acção da C.A. reconduza a " Associação a planos de interesse puramente académicos, com o exclusão de interesses politicos extra-escolares ". Faz muito bem em esperar, e para não esperar muito, tratou logo de os escolher pelo facto de pertencerem a organismos politicos.

Antes de terminar a sua Informação á Universidade, que termina, como não podia deixar de ser, com mais ameaças, o Reitor fala em eleições, apressando-se logo a dizer que não podem realizar-se antes do dia 15 de Novembro.

Veremos quando se realizarem Se os estudantes da Faculdade de Ciências não se baterem por elas, não afirmarem o seu desejo de que elas se realizem em suma, não obrigarem a C.A. a fazer eleições, eles, com o mesmo ar satis-



feito com que accitaram esta vergonhosa nomeação, continuarão a fazer o papel de feitores do Reitor para administrarem a sua nova quinta, que neste caso é a ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DE LISBOA.

5. Conclusões

A consomação de um acto de tamanha violência é sempre chocante, no entanto analisando a politica governamental em relação aos estudantes, e portanto às suas Associações, verifica-se que esta atitude está perfeitamente dentro dessa politica.

Esta politica concretizou-se, numa primeira fase, por proibir as realizações das AA.EE., fase esta que culminou com a proibição do DIA DO ESTUDANTE de 1962 a que se seguiu a publicação de decretos contra a autonomia da Universidade e a auto-gestão associativa. Em face da reacção dos estudantes ao impedimento da efectivação das suas aspirações, o governo passou a paralelamente atacar os quadros associativos, fazendo aquilo a que chama a decapitação das AA.EE.; prendendo, enviando para a tropa e expulsando da Universidade já perto de cem "cabecilhas" fase esta que culminou este ano com prisão pela PIDE de perto duma centena de estudantes. Em face da ineficácia desta nova linha, visto as chamadas minorias dirigentes se desmutiplicarem consoantes as necessidades (claro que o problema não está nas minorias dirigentes), passou à actual fase que é a de paralelamente a tudo isto atacar directamente as estruturas.

Assim, este ano a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico já foi ameaçada de ser fechada pelo Reitor da Universidade Técnica e agora é a nossa Associação que é subtraída aos legitimos dirigentes para ser entregues a delegados do governo. Claro que todas estas actividades são explicadas pelo governo pela necessidade de defender a moral crista e o occidente, de combater o comunismo e coisas quejandas, tudo isto feito por meio de arrazoatos mais ou menos extensas e evidentemente nunca expõe as verdadeiras causas da sua politica que é o temor que o governo sente ao ver a juventude estudantil de dia para dia tomar maior consciência dos seus problemas directos, de conseguir por em segundo plano as divergências ideológicas que naturalmente têm, para se unirem em torno da luta por ideais comuns: o direito à Justiça e à Verdade.

A terminar diremos invertendo as palavras do professor Cunha: A mera leitura da Informação à Universidade de 3 de Maio - em que o insulto toca as raízes da vesânha - chegaria para impôr, só por si, a substituição de quem revela não ter o mínimo de compostura que é necessário para que uma Universidade - instituição educativa e não anti-educativa - possa existir e funcionar sem danos para a sociedade.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DE LISBOA

7 de Maio de 1965

